

Microempresários terão maior apoio

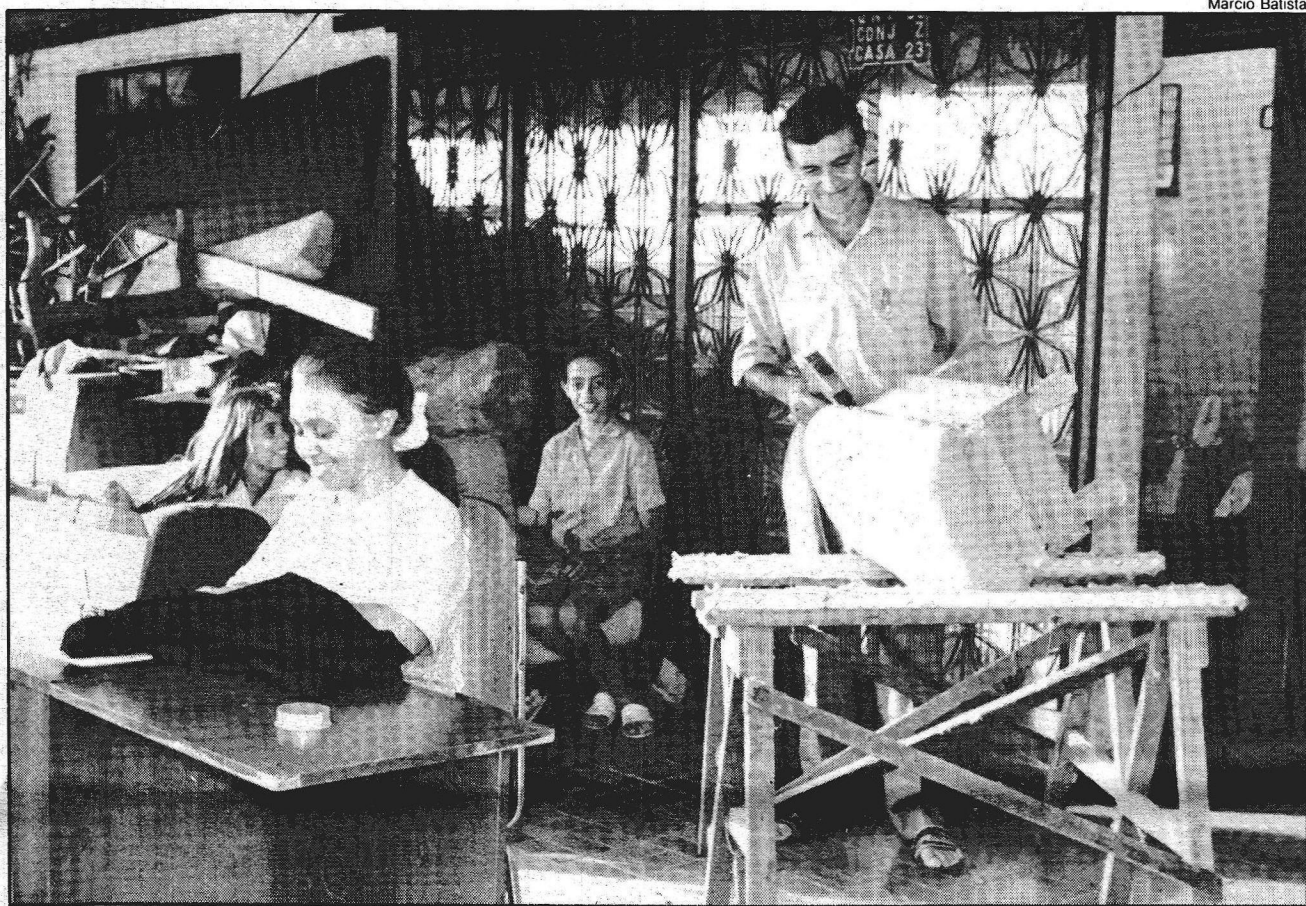
Projeto prevê fim do zoneamento, redução de alíquotas e preferência nas compras oficiais

A pesar da recessão, Brasília deflagra um processo de reativação econômica, que visa aumentar o nível de renda e de emprego para sua população. Com medidas simples e objetivas, o Governo do Distrito Federal, através da Secretaria de Desenvolvimento Econômico do DF e Entorno, põe em prática um projeto que provocará uma verdadeira revolução no sistema econômico, abrangendo todos os segmentos produtivos.

O programa prevê a reativação das atividades econômicas, com ênfase no apoio às micro, pequenas e médias empresas. Em Brasília, as micro e pequenas empresas representam 80% do universo dos estabelecimentos industriais e comerciais. "Em todo o mundo Ocidental, o processo de industrialização foi iniciado por pequenas unidades familiares, que depois se transformaram em grandes empresas. Por que Brasília seria diferente?", indaga o secretário de Desenvolvimento Econômico, Nuri Andraus.

O primeiro passo rumo à efetiva industrialização do Distrito Federal é dado com o fim de zoneamento urbano das cidades-satélites. Ele prevê a possibilidade de instalação de pequenas unidades produtivas nas próprias residências, desde que não criem poluição sonora e outras. "Vamos financiar máquinas de costura para que as mães permaneçam em casa trabalhando e tomando conta dos filhos", disse Nuri.

Outra medida de impacto que está sendo tomada é a transformação do Conselho de Desenvolvimento Industrial (CDI) em Conselho de Desenvolvimento Econômico (CDE), ao qual caberá decidir sobre as prioridades, propor políticas, estratégias e diretrizes para o desenvolvimento sustentado do DF. Decreto neste sentido será enviado à Câmara Legislativa para exame ainda esta semana.



As pequenas indústrias familiares, lojas e escritórios poderão funcionar em áreas residenciais, conforme o projeto do GDF

Na área de comércio, o programa ataca três aspectos fundamentais: diferença de alíquotas tributárias entre as unidades da Federação; Governo elege a produção local como base para o fornecimento de suas empresas e fundações; reduz o Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) dos produtos da cesta básica de 12% para 7%; além da quebra do zoneamento urbano nas cidades-satélites.

A permissão para que escritórios de profissionais liberais, representações comerciais e outros funcionem nos próprios apartamentos ou casas onde moram vai estimular as atividades econômicas no setor

de serviços, tanto nas satélites como no Plano Piloto.

Agricultura

No setor agrícola, as primeiras medidas começam a ser efetivadas ainda esta semana, com vistas a estimular a produção e reduzir os preços ao consumidor final. A construção de pequenas unidades para abate de animais, sob o controle do Departamento de Inspeção de Produtos de Origem Vegetal e Animal (Dipova). Esta decisão vai permitir não só o fim do abate clandestino como a redução em até 30% no preço da carne suína, além do estímulo à

produção. Hoje, cerca de 80% dos produtos suínos consumidos em Brasília vêm do Sul do País.

Na próxima sexta-feira, o secretário de Desenvolvimento Econômico, Nuri Andraus, assina, durante a Feira do Leite, na Granja do Torto, portaria que regulamenta a criação das Granjas Leiteiras, onde o leite será pasteurizado em pequenas unidades, permitindo a redução do seu preço, com a mesma qualidade do produto fornecido pelas grandes usinas de beneficiamento do produto. "Esta é mais uma medida que visa estimular a produção e reduzir os custos com os atravessadores", garante Andraus.

GDF propõe a legalização do mercado informal

Legalizar o mercado informal (indústria e comércio de fundo de quintal) em Brasília, dando-lhe condições de crescimento, é o principal objetivo do secretário-adjunto de Indústria, Comércio e Turismo, Evandro Kalume. Com isso, ele pretende não só aumentar as oportunidades de incremento da renda da população como gerar emprego para a mão-de-obra ociosa. A primeira medida neste sentido será o fim do zoneamento urbano da cidade, cujo projeto será remetido nos próximos dias para exame da Câmara Legislativa.

"Entre atrair grandes empresas para o Distrito Federal — o que é quase impossível neste momento de recessão econômica e devido às grandes distâncias em que se encontram as fontes de matérias-primas —, optamos pelo apoio às micro e pequenas empresas, que formam o universo empresarial de Brasília", afirma Kalume. Ele acredita que a legalização do mercado informal vai gerar mais tributos aos cofres do GDF e também reduzir o subemprego.

Segundo Kalume, as micro e pequenas empresas são responsáveis por 80% do

Produto Interno Bruto Brasileiro, situação que ocorre na mesma proporção ao Distrito Federal.

Na opinião de Kalume, não só o zoneamento da cidade limita o surgimento e crescimento das micro e pequenas empresas, como também a legislação "é madrasta" e veda o desenvolvimento do setor. Por isso, propõe uma mudança radical nestas duas áreas. Para ele, as micro e pequenas empresas formam o berço da industrialização no mundo ocidental e, por isso, devem ser estimuladas.

Pretendemos desenvolver uma política para a implantação de novas empresas, conscientes de que Brasília não comporta grandes indústrias. Vamos também apoiar as indústrias de transformação, cujo grande potencial está na unidade caseira, familiar. "A partir de agora, as residências serão as unidades complementares da renda familiar, até mesmo no Plano Piloto, com o fim do zoneamento", garantiu. Ele pretende também legalizar as pensões existentes nas quadras 700 das Asas Sul e Norte, como forma de incentivar o turismo.

Marcio Batista